

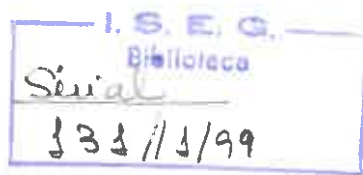


"CRONOLOGIA DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO EUROPEIA"

António Romão

Documento de Trabalho Nº 1/99

CEDIN - Centro de estudos de Economia Europeia e Internacional
ISEG / UTL
Rua Miguel Lupi nº 20
1249-078 Lisboa
e-mail: cedin@iseg.utl.pt



***Cronologia do Processo de
Integração Europeia***

António Romão

Professor Catedrático do ISEG

Fevereiro, 1999



Apresentação

Com o objectivo modesto de ajudar a uma melhor compreensão da evolução do processo de integração europeia, decidi preparar a “Cronologia” que se segue. Espero que o desfilar de acontecimentos relevantes datados, possa, efectivamente, contribuir para uma visão temporal de conjunto, e ajudar, assim, a relativizar uma abordagem, por vezes demasiado mecanicista, do processo de integração na Europa Ocidental.

A recolha destes elementos enquadra-se num projecto mais vasto, com conteúdo teórico e interpretativo sobre o processo de integração europeia, que tenho em curso e que tarefas de gestão no ISEG me têm impedido de desenvolver ao ritmo inicialmente programado. Este documento corresponde a uma actualização dos Documentos de Trabalho nº 1/95 e nº 2/96 do CEDIN.

ISEG, 27.02.99

A. Romão

Cronologia do Processo de Integração Europeia

António Romão*



- **1945** - Fim da 2ª Guerra Mundial:

- **8 de Maio** - Assinatura em Berlim da acta definitiva da capitulação do Alto Comando alemão.
- **26 de Junho** - Assinatura em São Francisco da Carta das Nações Unidas por 51 Estados. Entrou em vigor em 21 de Outubro de 1945.
- **2 de Setembro** - Capitulação definitiva do Japão

- Ainda durante a 2ª Guerra Mundial, os EUA e a Grã-Bretanha começaram a preparar um novo *Sistema Monetário Internacional*, que acabaria por ser aprovado no *Acordo de Bretton-Woods* em 1947. Com este Acordo foram criados o *Fundo Monetário Internacional* (FMI) e o *Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento* (BIRD), vulgarmente conhecido por Banco Mundial, cujo grupo integra ainda a Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) – criada em 1960 – e a Sociedade Financeira Internacional – (SFI) – criada em 1956.

No âmbito da organização do comércio internacional foi assinado o GATT em Outubro de 1947.

Estavam assim criadas as Instituições fundamentais que dariam corpo à Ordem Internacional, nos aspectos monetários, financeiros e comerciais, que resulta da correlação de forças após o conflito mundial, em que os EUA impuseram claramente a sua hegemonia política, económica e financeira no plano internacional.

* Professor Catedrático do ISEG. Investigador do CEDIN

Uma das tendências fortes que se acentuou progressiva e aceleradamente foi a da crescente interdependência e internacionalização das economias nacionais. Associada a esta tendência surge a *tendência para a formalização de espaços económicos integrados*. Assistir-se-á, no futuro, a experiências de integração económica entre países desenvolvidos de economia de mercado (CFE e EFTA, por exemplo), entre países sub-desenvolvidos da África e da América Latina (CEDEAO, ALALC, MCCA, etc.), bem, como à experiência do COMECON entre países de economia centralizada.

- 1946

- **19 de Setembro** - Winston Churchill pronuncia-se, em Zurique, a favor dos “Estados Unidos” da Europa e da criação de um “Conselho da Europa”.

- 1948

- **17 de Março** - Assinatura do Tratado de Bruxelas criando a União Ocidental (Reino Unido, França, Bélgica, Holanda e Luxemburgo). Mais tarde deu origem à União da Europa Ocidental
- **16 de Abril** - Criação da *Organização Europeia de Cooperação Económica* (OECE) com o objectivo essencial de gerir os fundos (12 mil milhões de dólares) do Plano Marshall (apoio dos EUA à chamada “reconstrução europeia”). Em 1961 viria a ser transformada na actual Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (*OCDE*)

- 1949

- **4 de Abril** - Assinatura, em Washington, do Tratado do Atlântico Norte (OTAN – NATO na sigla inglesa).

- **5 de Maio** - Assinatura do estatuto do Conselho da Europa (preocupações fundamentais: Direitos humanos, Cooperação jurídica, Educação e Juventude...)



- 1950

- **9 de Maio** - Robert Schuman, ministro francês dos Negócios Estrangeiros, propõe, num discurso inspirado por Jean Monnet – que pegara na ideia de Chuechill de 1946 para ligar a França e a Alemanha de forma a evitar guerras futuras – a criação de uma organização entre a França e a RFA para gerir a produção e o comércio do carvão e do aço, aberta aos países europeus.

- **Setembro** - Criação da União Europeia de Pagamentos
- **26 de Outubro** - René Pleven apresenta um plano de exército europeu...

- 1951

- **18 de Abril** - Seis países europeus (França, RFA, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo) assinam o Tratado de Paris que cria a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA). O Reino Unido recusou integrar a CECA.

- 1952

- **27 de Maio** - Assinatura, em Paris, do Tratado que institui a Comunidade Europeia de Defesa (CED)

- 1953

- Projecto de Tratado relativo a uma Comunidade Política Europeia (CPE).

- 1954

- **30 de Agosto** - O Tratado CED, que já tinha sido ratificado por cinco Estados, foi rejeitado pela Assembleia Nacional francesa (319 votos contra 264). A CED não entrou em funcionamento e levou ao fracasso do Projecto da CPE.
- **20-23 Outubro** - Conclusão dos acordos de Paris, na sequência da Conferência de Londres. Estes acordos visam o alargamento do Tratado de Bruxelas de 1948 e dão origem à União da Europa Ocidental (UEO).

- 1955

- **1-2 Junho** - Conferência de Messina (Itália), na qual os Ministros dos Negócios Estrangeiros dos Seis decidem alargar a integração europeia à economia em geral.

- 1957

- **25 de Março** - Assinatura, em Roma, dos Tratados que criam a Comunidade Económica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia de Energia Atómica (CEEA, também conhecida pela sigla EURATOM).

- 1958

- **1 de Janeiro** - Entrada em vigor dos Tratados de Roma (CEE e EURATOM). Instalação em Bruxelas das Comissões da CEE e da EURATOM.

- 1960

- **4 de Janeiro** - Assinatura da Convenção de Estocolmo que cria a Associação Europeia do Comércio Livre (AECL – EFTA na sigla inglesa). A EFTA foi criada por iniciativa do Reino Unido. Portugal foi um dos membros fundadores. Entrou em vigor em 3 de Maio.
- **5 de Setembro** - O General de Gaulle propõe, em conferência de imprensa, “um concerto organizado, regular dos governos responsáveis”, a criação de organismos especializados subordinados aos governos e a organização de um referendo europeu. Era o ponto de partida para o *Plano Fouchet*.
- **20 de Setembro** - Criado o Fundo Social Europeu (FSE).

- 1961

- **9 de Julho** - Assinatura em Atenas do Acordo de Associação Grécia/CEE.
- **2 de Novembro** - A França apresenta aos restantes Estados-membros (E-M) um projecto de tratado (*Plano Fouchet*) visando a criação de uma União de Estados “baseada no respeito da personalidade dos povos e dos Estados-membros”. Era uma proposta do tipo confederal. A Bélgica e a Holanda recusam sem a integração do Reino Unido.

- 1962

- **15 de Maio** - O General de Gaulle defende uma Europa dos Estados e critica o conceito de supranacionalidade.

- **30 de Julho** - Entra em vigor a Política Agrícola Comum (PAC) prevista no Tratado de Roma entre os seis E-M fundadores da CEE.

- 1963

- **14 de Janeiro** - O General de Gaulle anuncia que a França exprime o seu veto à entrada do Reino Unido na CEE.
- **20 de Julho** - Assinatura, em Yaoundé, da convenção de associação entre a CEE e 18 países africanos. Ficou conhecida por “Convenção de Yaoundé I” e entrou em vigor em 1 de Junho de 1964.

- 1965

- **8 de Abril** - Assinatura do acordo de fusão dos executivos das três Comunidades (CECA, CEE, EURATOM), o qual institui um Conselho e uma Comissão únicos. Este acordo entrou em vigor em 1 de Julho de 1967.
- **30 de Junho** - Recusa do General de Gaulle em participar nos trabalhos das Comunidades. Esta crise ficou conhecida como a da “cadeira vazia”, e teve por origem a discussão de uma questão no âmbito da PAC.

- 1966

- **29-30 de Janeiro** - Compromisso do Luxemburgo. A França aceita retomar o seu lugar no Conselho como contrapartida pela manutenção da regra da unanimidade, sempre que “interesses muito importantes” (interesses vitais) para um E-M estejam em jogo.

- 1967

- **27 de Novembro** - O General de Gaulle reafirma a sua oposição à adesão do Reino Unido à CEE.

- 1968

- **1 de Julho** - Eliminação, com um ano e meio de antecedência em relação ao prazo previsto no Tratado de Roma, dos últimos direitos aduaneiros intracomunitários (15%) aplicados aos produtos industriais. É instituída, nesta data, a Pauta Exterior Comum (PEC).
- **26 de Julho** - Assinatura, em Arusha (Tanzânia), do Acordo de Associação entre a CEE e 3 países de África Oriental (Quênia, Uganda e Tanzânia). Este acordo será renovado em 24.09.69.
- **10 de Setembro** - *Relatório Werner* que propõe a concretização até 1980 de uma União Económica e Monetária (UEM).

-1969

- **29 de Julho** - Assinatura da Convenção Yaoundé II
- **1-2 Dezembro** - Cimeira de Haia, na qual os Chefes de Estados e de Governo decidem passar da fase de transição para uma fase mais avançada da Comunidade. Para isso são adoptados os regulamentos agrícolas definitivos e estabelecido o princípio dos recursos próprios da CEE, bem como o tríplice “conclusão, aprofundamento, alargamento” como orientação de fundo.

- 1970

- **22 de Abril** - Assinatura, no Luxemburgo, do acordo que prevê o financiamento progressivo das Comunidades a partir de recursos próprios e o alargamento dos poderes de controlo do Parlamento Europeu em matéria orçamental.
- **30 de Junho** - Abertura, no Luxemburgo, das negociações com 4 países candidatos à adesão (Reino Unido, Irlanda, Dinamarca e Noruega)

- 1971

- **Março** - Adopção do *Plano Werner* visando a criação de uma UEM, em 3 fases, até 1980. Em Maio de 1971 foi suspenso.
- **Agosto** - Declaração de Nixon sobre a inconvertibilidade do dólar. Fim do SMI tal como tinha saído dos Acordos de Bretton-Woods.

- 1972

- **22 de Janeiro** - Assinatura, em Bruxelas, dos Tratados de adesão dos novos E-M da CEE (Reino Unido, Irlanda Dinamarca e Noruega).
- **24 de Abril** - Constituição da “serpente” monetária. Os 6 E-M decidem limitar a $\pm 2,25\%$ as margens de flutuação das suas moedas em relação ao dólar.
- **26 de Setembro** - Referendo na Noruega que recusa a adesão do país à CEE.

- 1973

- **1 de Janeiro** - Entrada em vigor do Tratado de adesão do Reino Unido, da Irlanda e da Dinamarca (1º alargamento passagem de 6 a 9 E-M)

- Entrada em vigor dos Acordos comerciais assinados entre Portugal/CEE e Espanha/CEE.
- **3 de Abril** - Criação do Fundo Europeu de Cooperação Monetária (FECOM) com o objectivo de reforçar a “serpente monetária”

- 1974

- **9-10 Dezembro** - Cimeira de Paris, na qual os 9 Chefes de Estado e de Governo decidem reunir-se regularmente em Conselho Europeu (não instituído oficialmente), três vezes por ano, propõe a eleição do Parlamento Europeu por sufrágio universal e decidem a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER).

- 1975

- **28 de Fevereiro** - Assinatura, em Lomé, de uma convenção (Lomé I) entre a CEE e 46 Estados de África, Caraíbas e Pacífico (ACP).
Lomé I entrará em vigor em 1 de Abril de 1976.
- **12 de Junho** - Pedido de adesão da Grécia às Comunidades Europeias.
- **22 de Julho** - Assinatura do tratado que reforça os poderes orçamentais do Parlamento Europeu e cria um

Tribunal de Contas da Comunidade. Este tratado entrará em vigor em 1 de Junho de 1977.

- **29 de Dezembro** - Elaboração do *Relatório Tindemans* no qual propõe uma UEM que tem subjacente a ideia de uma Europa a duas velocidades. Não teve continuidade.

-1977

- **5 de Abril** - Pedido de adesão de Portugal às Comunidades Europeias
- **28 de Julho** - Pedido de adesão da Espanha às Comunidades Europeias.

- 1978

- **6-7 de Julho** - Cimeira de Brema – A França e a RFA propõem um relançamento da cooperação monetária pela criação de um Sistema Monetário Europeu (SME) que deverá substituir a “Serpente”

- 1979

- **13 de Março** - Entrada em vigor do SME.
Criação do ECU, composto a partir de um “cabaz” de moedas nacionais e que se torna numa unidade de conta europeia.
- **28 de Maio** - Assinatura do Acto de Adesão da Grécia às Comunidades.
- **7-10 de Junho** - Primeira eleição por sufrágio universal directo dos membros do Parlamento Europeu (410 deputados).

- **31 de Outubro** - Assinatura da Convenção de Lomé (Lomé II) entre a CEE e 58 Estados ACP.

- 1981

- **1 de Janeiro** - Entrada da Grécia como décimo E-M (2º alargamento).

- 1983

- **Junho** - Declaração de Estugarda adoptada pelos Chefes de Estados e de Governo no sentido do reforço e da intensificação da cooperação dos países da comunidade, visando a União Europeia.

- 1984

- **Fevereiro** - Aprovado por maioria, no Parlamento Europeu o *projecto* de “Tratado de União Europeia” apresentado por *A. Spinelli*.
- **14 e 17 de Junho** - Segundas eleições para o Parlamento Europeu, por sufrágio directo e universal.
- **25-26 de Junho** - Conselho Europeu de Fointainebleau no qual os Dez E-M chegam a acordo sobre o montante da compensação a atribuir ao Reino Unido de forma a reduzir a sua contribuição para o orçamento da Comunidade.
- **8 de Dezembro** - Assinatura, no Togo, da terceira Convenção de Lomé (Lomé III) entre os Dez e 66 países ACP.

- 1985

- **12 de Março** - Jacques Delors, presidente da Comissão das CE, expõe, perante o Parlamento Europeu, o programa relativo ao mercado interno de 1992.

- **14 de Junho** - A Comissão publica a seu “Livro Branco” relativo à conclusão do mercado interno redigido sob a coordenação de Lord Cockfield.
- **28-29 de Junho** - O Conselho Europeu de Milão aprova o “Livro Branco” da Comissão.
- **2-4 de Dezembro** - O Conselho Europeu do Luxemburgo exprime o seu acordo à revisão do Tratado de Roma e ao relançamento do processo de integração através da redacção do Acto Único Europeu (AUE).

- 1986

- **1 de Janeiro** - Adesão oficial de Portugal e da Espanha às Comunidades Europeias.
- **17-18 Fevereiro** - Assinatura , no Luxemburgo, do AUE.

- 1987

- **14 de Abril** - Candidatura da Turquia à CEE.
- **13 de Maio** - Adesão da Espanha ao SME.
- **1 de Julho** - Entrada em vigor do AUE.
- **26 de Outubro** - Adopção, em Haia, pela UEO de uma plataforma comum sobre segurança.

- 1988

- **13 de Fevereiro** - Acordo sobre a Reforma Financeira da CE.
- **25 de Junho** - Reconhecimento mútuo CEE-COMECON.

- **27-28 de Junho** - O Conselho Europeu de Hanôver confere a um comité presidido por Jacques Delors a missão de propor etapas concretas para a realização de uma UEM.

- **14 de Novembro** - Adesão de Portugal e da Espanha à UEO.



- 1989

- **19 de Junho** - A Peseta entra no Mecanismo de Taxas de Câmbio do SME.

- **14-16 de Junho** - Conselho Europeu de Madrid aprova o Relatório Delors sobre a UEM e decide que a 1ª fase começará em 1 de Julho de 1990.

- **18 de Junho** - Terceira eleição do Parlamento Europeu por sufrágio universal e directo.

- **17 de Julho** - A Áustria apresenta o seu pedido de adesão à CEE.

- **9 de Novembro** - Queda do Muro de Berlim

- **8-9 de Dezembro** - O Conselho Europeu de Estrasburgo decide convocar uma Conferência Intergovernamental (cfr. Artº 236 do Tratado de Roma) para elaborar as alterações aos tratados na perspectiva das fases finais da UEM.

O Conselho Europeu aprova a Carta Comunitária dos Direitos Sociais Fundamentais dos Trabalhadores. O Reino Unido não aprovou.

- **15 de Dezembro** - Assinatura em Lomé da quarta Convenção (Lomé IV) entre a Comunidade e 69 países ACP.

- 1990

- **29 de Maio** - Assinatura dos acordos que instituem o Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BERD).
- **19 de Junho** - Assinatura dos Acordos de Schengen.
- **25-26 de Junho** - O Conselho Europeu de Dublin decide convocar para 13 e 14 de Dezembro deste ano as Conferências Intergovernamentais sobre a UEM e a União Política (UP), respectivamente.
- **1 de Julho** - Entra em vigor a 1ª fase da UEM.
- **3 de Outubro** - Unificação alemã
- **13-14 Dezembro**- Abertura, em Roma, das Conferências Intergovernamentais sobre a UEM e a UP.

- Chipre e Malta apresentam as suas candidaturas à CEE.

- 1991

- **1 de Julho** - A Suécia apresenta a sua candidatura à CEE.
- **21 de Outubro** - Acordo sobre a constituição do Espaço Económico Europeu (EEE) entre a CEE e a AECL.
- **9-10 Dezembro** - Conselho Europeu de Maastricht aprovou o Tratado da União Europeia (TUE).

- **23 de Dezembro** - Reconhecimento pela CEE da Comunidade de Estados Independentes (CEI).

- 1992

- **1 de Janeiro** - Portugal assume a Presidência da Comunidade Europeia.
- **7 de Fevereiro** - Assinatura do TUE em Maastricht.
- **18 de Março** - A Finlândia apresenta a sua candidatura à CEE.
- **6 de Abril** - O Escudo entra no Mecanismo de Taxas de Câmbio do SME.
- **2 de Maio** - Assinatura, no Porto, do tratado que institui o Espaço Económico Europeu.
- **3 de Junho** - Referendo na Dinamarca sobre o TUE (50,7% diz NÃO)
- **20 de Junho** - Referendo na Irlanda sobre o TUE (maioria diz SIM).
- **26 de Junho** - Conselho Europeu de Lisboa – aprova reforma da PAC.
- **20 de Setembro** - Aprovação do TUE em França, através de referendo (51,04% diz SIM).
- **20 de Novembro** - Adesão da Grécia à UEO.
- **25 de Novembro** - Candidatura da Noruega à CEE.

- **6 de Dezembro** - Recusa do Acordo sobre EEE pela Suíça, através de referendo.
- **11-12 Dezembro** - Conselho Europeu de Edimburgo admite alterações ao TUE propostas pela Dinamarca; e aprova Fundo de Coesão (Pacote Delors II)

- 1993

- **1 de Janeiro** - Entra em vigor o Mercado Único.
- **1 de Fevereiro** - Abertura de negociações com a Áustria, Suécia, Finlândia e Noruega com vista à sua adesão à CEE.
- **18 de Maio** - Segundo referendo na Dinamarca sobre o TUE. Aprovado com 56,8% de SIM.
- **2 de Agosto** - Alargamento das margens de flutuação no âmbito do SME para $\pm 15\%$
- **Outubro** - Tribunal Constitucional da Alemanha pronuncia-se favoravelmente à conformidade do TUE com a Constituição Alemã.
- **1 de Novembro** - Entra em vigor o TUE.
- **10 de Dezembro** - O Conselho Europeu de Bruxelas aprova o “Livro Branco sobre o Emprego, Crescimento e Competitividade”.

- 1994

- **1 de Janeiro** - Início da 2ª fase da UEM, nomeadamente com a entrada em funcionamento do Instituto Monetário Europeu, sediado em *Frankfort*.

- Entrada em vigor do Acordo sobre EEE.
- **30 de Março** - Acordo sobre a adesão à União Europeia (UE) da Áustria, Finlândia, Suécia e Noruega.
- **31 de Março** - Candidatura da Hungria à UE.
- **4 de Abril** - Candidatura da Polónia à UE.
- **9-12 de Junho** - Eleições para o Parlamento Europeu.
- **12 de Junho** - Referendo na Áustria sobre a adesão à UE (66,4% de SIM). Ratificado pelo Parlamento em Novembro de 1994.
- **30 de Agosto** - Entrevista do Primeiro Ministro Francês, E. Balladur, a “Le Figaro” na qual defende uma “União Europeia” organizada em “três círculos concêntricos”.
- **1 de Setembro** - Divulgação de um Documento de reflexão sobre o futuro da União europeia, por Wolfgang Schauble, Presidente do Grupo Parlamentar da CDU, no qual se defende a existência de um “núcleo duro” constituído por 5 dos E-M fundadores da CEE. A Itália é excluída.
- **16 de Outubro** - Referendo na Finlândia sobre a adesão à UE (56,9% de SIM). Ratificado pelo Parlamento em 18.11.94.
- **13 de Novembro** - Referendo na Suécia sobre a adesão à UE (52,2% de SIM).

- **28 de Novembro** - Referendo na Noruega sobre a adesão à UE (52,2% de NÃO)

- 1995

- **1 de Janeiro**
 - Adesão da Áustria, Finlândia e Suécia à UE.
 - Com a adesão destes três países a Comissão passou a ser composta por 20 Comissários (2 para a Alemanha, França, Reino Unido, Itália e Espanha e 1 para cada um dos restantes E-M).
 - Por decisão do Conselho de Ministros de 01.01.95 (Doc. CM Elarg 19/12213/94) a maioria qualificada é de 62 votos e a minoria de bloqueio é de 23 a 25 votos.
 - Os votos por cada E-M passa a ser o seguinte:
 - Alemanha, França Reino Unido e Itália.....10 votos cada
 - Espanha.....8 votos
 - Portugal, Holanda, Bélgica e Grécia.....5 votos cada
 - Áustria e Suécia.....4 votos cada
 - Irlanda Dinamarca e Finlândia.....3 votos cada
 - Luxemburgo.....2 votos
 - Parlamento Europeu passou a contar com 626 deputados (contra 567 em Dezembro de 1994), distribuídos por 15 E-M como se segue:
 - Áustria-----21
 - Bélgica-----25
 - RFA-----99
 - Dinamarca-----16
 - Espanha-----64
 - França-----87
 - Finlândia-----16

- Grécia-----	25
- Irlanda-----	15
- Itália-----	87
- Luxemburgo-----	6
- Holanda-----	31
- Portugal-----	25
- Reino Unido-----	87
- Suécia-----	22

- **9 de Janeiro** - O xelim austríaco entra no mecanismo das taxas de câmbio do SME
- **23 de Janeiro** - Tomou posse a nova Comissão Europeia, presidida por Jacques Santer (1995-2000)
- **6 de Março** - Estabelecido um acordo de União Aduaneira entre a U.E. e a Turquia.
Este acordo foi ratificado pelo Parlamento Europeu, em 13 de Dezembro, por 343 votos contra 149 e entra em vigor em 01.01.96
- **26 de Março** - Entrada em vigor do Acordo Schengen assinado por 9 E-M, mas que só 7 passam a aplicar a partir desta data.
Os 7 E-M são: Alemanha, Bélgica, Espanha, França, Holanda, Luxemburgo e Portugal. A Itália e a Grécia são os restantes subscritores que não abriram desde já as suas fronteiras à livre circulação de pessoas. A França, em Setembro, decidiu não aplicar as cláusulas de Schengen a partir de 01.01.96.

- **12 de Junho** - A UE e os países bálticos (Estónia, Letónia e Lituânia) assinam um Acordo de Associação.
- **26-27 de Junho** - Conselho Europeu de Cannes.
- **17 de Julho** - A UE assina um Acordo de Parceria e Cooperação com a Rússia e um Acordo de Associação com a Tunísia.
- **8 de Novembro** - A UE assina um Acordo de Associação com Marrocos.
- **24 de Novembro** - A Estónia pediu, formalmente, a adesão à UE.
- **22-28 Novembro** -Realizou-se em Barcelona uma Conferência Euro - mediterrânica na qual participaram representantes da UE e de 12 países do Mediterrâneo, cujos objectivos são o de estabelecer um quadro permanente de cooperação que possa tratar de problemas políticos, de segurança, económicos, sociais e ambientais.
Visa criar, a longo prazo, uma associação euromediterrânica.
- **3 de Dezembro** - O Primeiro-Ministro espanhol Felipe Gonzalez – Presidente em exercício do Conselho-, o Presidente da Comissão Europeia, Jacques Santer e o Presidente dos EUA, Bill Clinton assinam em Madrid um plano de acção EUA_EUROPA, que prevê a formação de um mercado transatlântico, sem chegar à criação de uma Zona de Comércio Livre.

- **15-16 Dezembro** - Realizou-se em Madrid, o Conselho Europeu que estabeleceu o calendário de passagem à moeda única, bem como aprovou a sua designação – “EURO”. Marcou o fim da Presidência espanhola, que, formalmente, termina em 31 de Dezembro.

- Foi assinado o acordo de cooperação inter-regional entre a UE e o Mercosul

- 1996

- **1 de Janeiro** - A Itália assume a presidência da União Europeia.

- Entrou em vigor o acordo de União Aduaneira entre a União Europeia e a Turquia.
- **31 de Janeiro** - O Presidente da Comissão, Jacques Santer, propõe no Parlamento Europeu um “pacto europeu de confiança” em favor do relançamento da actividade económica e da criação de emprego. Esta proposta não terá continuidade.
- **29 de Março** - Início formal da Conferência Intergovernamental (CIG) para a revisão do Tratado da União Europeia, Turim, Itália.
- **21-22 de Junho** - Conselho Europeu de Florença. Reafirmou a entrada em vigor do Euro, tal como fixado no Conselho de Madrid.
- **1 de Julho** - A Irlanda assume a presidência da União Europeia. Estabeleceu as seguintes prioridades: luta contra o desemprego, garantir a segurança dos cidadãos, avançar na realização da UEM, preparar o

alargamento, progredir no âmbito da CIG e a manutenção e reforço do acervo comunitário.

- **5 de Outubro** - Conselho Europeu em Dublin, Irlanda, especialmente dedicado ao ponto da situação sobre o andamento dos trabalhos da CIG.
- **12 de Outubro** - Adesão da markka finlandesa ao MTC do SME.
- **24 de Novembro** - Regresso da lira italiana ao MTC do SME. Fora do MTC ficam a libra esterlina, a coroa sueca e o dracma grego.
- **25 de Novembro** - Malta suspendeu o pedido de adesão apresentado em 1990.
- **13-14 Dezembro** - Conselho Europeu de Dublin, que culminou a Presidência irlandesa.
Aprovou as principais linhas de orientação do Pacto de Estabilidade para a fase pós-euro, bem como a estrutura do novo mecanismo das taxas de câmbio (SME II).

- 1997

- **1 de Janeiro** - A Holanda assume a presidência da União Europeia.
- **24 de Fevereiro** - A União Europeia e a Autoridade Palestiniana assinam, em Bruxelas, um Acordo de Associação.
- **16- 17 Junho** - Conselho Europeu de Amsterdão. Aprovação do Tratado de Amsterdão e ratificação do Pacto de Estabilidade e Crescimento (define as regras para

aplicação de sanções aos E-M no caso de “déficits excessivos” no pós-Euro).

- **1 de Julho** - O Luxemburgo assume a presidência da União Europeia.
- **2 de Outubro** -.Assinatura do Tratado de Amsterdão, que constitui a 3ª alteração ao Tratado de Roma (a 1ª foi o AUE e a 2ª o TUE). Integra o Acordo de Schengen.
- **20-21 Novembro** - Conselho Europeu extraordinário no Luxemburgo dedicado ao emprego
- **12-13 Dezembro** - Conselho Europeu do Luxemburgo. Apreciou o futuro alargamento, o novo quadro financeiro, bem como reconheceu a necessidade de uma profunda reforma institucional antes das próximas adesões e ainda de alterações significativas nas políticas comunitárias (em particular na PAC e política estrutural). Todos estes temas são tratados na Agenda 2000. O Conselho decidiu ainda convocar uma Conferência Europeia entre os Quinze e os países candidatos à adesão para Março do próximo ano em Londres.

- 1998

- **1 de Janeiro** - O Reino Unido assume a presidência da União Europeia.
- **16 de Março** - A Libra irlandesa desvaloriza 3%. O Dracma grego adere ao MTC do SME. Apresentação do relatório de convergência do IME e da Comissão

Europeia, a ter presente na decisão sobre os países que vão integrar a 3ª fase da UEM.

- **31 de Março** - A UE inicia, formalmente, as negociações com a Polónia, Hungria, República Checa, Estónia, Eslovénia e Chipre com vista à adesão. Para mais tarde ficam as negociações com a Letónia, Lituânia, Bulgária, Roménia e Eslováquia.
- **2 de Maio** - O Conselho Europeu de Bruxelas aprova os 11 E-M que integrarão a Zona-Euro, a partir de 1 de Janeiro de 1999. São eles: Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Holanda Irlanda, Itália, Luxemburgo e Portugal.
- **28 de Maio** - A Dinamarca ratifica o Tratado de Amsterdão por referendo, com 58,1% de votos favoráveis.
- **15-16 Junho** - Conselho Europeu de Cardiff. Neste Conselho não se decidiu nada de essencial. Foram constatadas mais as divergências, nomeadamente, sobre o novo quadro financeiro e a reforma institucional, temas, cuja discussão foi remetida para mais tarde.
- **1 de Julho** - A Áustria assume a presidência da União Europeia.
- **28 de Outubro** - O novo governo alemão (SPD+Verdes) põe algumas reticências ao rápido alargamento da União Europeia.
- **4 de Novembro** - A Comissão Europeia elogia os esforços da Polónia e da Estónia, encoraja a Letónia e a

Lituânia e critica o desempenho da República Checa e da Eslovénia.

- **8 de Novembro** - Cuba será o primeiro Estado Latino-americano a adoptar o Euro nas relações comerciais.
- **10-11 Dezembro** - Conselho Europeu de Viena. Este Conselho foi, sobretudo, marcado pelo fim “formal” da “era Kohl” na Alemanha e o início do novo poder SPD+Verdes, muito apostado em reduzir as contribuições financeiras alemãs.

- 1999

- **1 de Janeiro** - A Alemanha assume a presidência da União Europeia. As prioridades definidas são: a reforma financeira (reforma da PAC e dos Fundos estruturais...), adopção de um “pacto europeu para o emprego” e o desenvolvimento da PESC.

- Nasce o EURO como moeda única de 11 E-M da União Europeia. São fixadas as paridades do Euro face às moedas dos países que integram a 3ª fase da UEM, bem como as paridades bilaterais entre essas moedas. São as seguintes as **paridades** fixadas **EURO-Moedas nacionais:**

(taxas de conversão)

1 EURO = 200.482 escudos

= 1.95583 marcos alemães

= 6.55957 francos franceses

= 166.386 pesetas

= 40.3399 francos belgas

= 2.20371 florins

= 40.3399 francos luxemburgueses

= 0.787564 libras irlandesas
= 1936.27 liras
= 5.94573 markkas finlandesas
= 13.7603 xelins austríacos

São as seguintes as **paridades bilaterais**

	ESUDOS
Franco belga	4.96984
Marco alemão	102.505
Peseta espanhola	1.20492
Franco francês	30.5634
Libra irlandesa	254.56
Florim holandês	90.9753
Xelim austríaco	14.5697
Markka finlandesa	33.7188
Lira italiana	0.103541

NOTA: Trata-se de taxas de referência já que a passagem para qualquer destas moedas exige a prévia passagem para Euros

A cotação do Euro face às três principais moedas fora da Zona-Euro foi, no fim de Dezembro de 1988:

1 EURO = 1.17 dólares americanos
= 0.70 libras esterlinas
= 132.8 ienes

- **6 de Janeiro** - A Assembleia da República Portuguesa ratifica o Tratado de Amsterdão
- **27 de Fevereiro** - Cimeira europeia em Petersberg (Alemanha) a fim de discutir, fundamentalmente, a reforma da PAC (teses em confronto: cofinanciamento defendido pela Alemanha e “digressividade” defendida pela

França) e o futuro quadro financeiro para o período 2000-2006.

A Alemanha e outros países desenvolvidos defendem uma redução das suas contribuições financeiras, com a consequente redução de verbas afectas aos Fundos Estruturais (e à PAC). Portugal e os outros países da coesão, com especial destaque para a Espanha, opõem-se a estas medidas.

the 1990s, the number of people with a mental health problem has increased in the UK (Mental Health Act 1983, 1990).

There is a growing awareness of the need to improve the lives of people with mental health problems. The Department of Health (1999) has set out a vision of a new mental health system, which will be based on the following principles:

- People with mental health problems should be treated as individuals, with their own needs and wishes.
- People with mental health problems should be given the opportunity to participate in decisions about their care and treatment.
- People with mental health problems should be given the opportunity to live in their own homes and communities.

These principles are reflected in the Mental Health Act 1983 (MHA) (1983, 1990) and the Mental Health Act 2003 (MHA) (2003).

The MHA 2003 has introduced a number of changes to the MHA 1983, which are designed to improve the lives of people with mental health problems. The changes include:

- The introduction of a new system of mental health review tribunals (MHRTs), which will be responsible for reviewing the decisions of the Mental Health Act Commission (MHAC).
- The introduction of a new system of mental health review panels (MHRPs), which will be responsible for reviewing the decisions of the MHRTs.
- The introduction of a new system of mental health review panels (MHRPs), which will be responsible for reviewing the decisions of the MHRTs.

The MHA 2003 also introduces a number of other changes, which are designed to improve the lives of people with mental health problems.

These changes include the introduction of a new system of mental health review panels (MHRPs), which will be responsible for reviewing the decisions of the MHRTs. The MHRPs will be made up of representatives of the community, the mental health profession and the patient.

The MHA 2003 also introduces a number of other changes, which are designed to improve the lives of people with mental health problems.

These changes include the introduction of a new system of mental health review panels (MHRPs), which will be responsible for reviewing the decisions of the MHRTs. The MHRPs will be made up of representatives of the community, the mental health profession and the patient.

The MHA 2003 also introduces a number of other changes, which are designed to improve the lives of people with mental health problems.

These changes include the introduction of a new system of mental health review panels (MHRPs), which will be responsible for reviewing the decisions of the MHRTs. The MHRPs will be made up of representatives of the community, the mental health profession and the patient.

The MHA 2003 also introduces a number of other changes, which are designed to improve the lives of people with mental health problems.

These changes include the introduction of a new system of mental health review panels (MHRPs), which will be responsible for reviewing the decisions of the MHRTs. The MHRPs will be made up of representatives of the community, the mental health profession and the patient.